

**LÍNGUA E LITERATURA À ÉPOCA
DO RENASCIMENTO EM PORTUGAL**

Ricardo Hiroyuki Shibata (UNICENTRO)
rd.shibata@gmail.com

RESUMO

A atividade de apropriação dos autores e textos da Antiguidade clássica por parte dos letrados portugueses à época do Renascimento em Portugal, no século XVI, com seus modos mais particulares de ações de letramento, passou necessariamente pela questão dos usos e práticas da língua portuguesa. Em especial, naquilo que tangia estrategicamente ao acumulado histórico, em longa duração, das discussões e debates acerca da dignidade das línguas vulgares e de suas possíveis relações, ora em franca oposição ora em continuidade, com a língua latina, considerada uma variedade linguística de maior prestígio. Tratava-se, então, conforme inúmeros escritores da época assim fizeram, de conduzir os argumentos necessariamente em direção não apenas em torno da importância do conteúdo dos enunciados, mas igualmente das formas discursivas em que esta matriz pagã era veiculada.

Palavras-chave:

Renascimento. Literatura Portuguesa. Séculos XV-XVI

ABSTRACT

The activity of appropriation of the writers and texts from Classical Times according to Portuguese humanists in the Portuguese Renaissance in the XVIth century, with its singular manners and actions, passed through by the uses and practices of Portuguese language. In special, it has been developed strategically from historical tradition, in the long running term, and the discussions and debates about the dignity of national languages and its possible relations in opposition or in continuity with the latin language, considered the most prestigious linguistic variety. Thus, according to some writers in that time did so, it was about conducting the arguments in direction of the importance of the contents and discursive forms in which this pagan matrix was communicated.

Keywords:

Renaissance. Portuguese Literature. XV-XVIth century

A atividade de “apropriação” (ou de “aclimatação” literária) dos autores da Antiguidade clássica por parte dos humanistas portugueses no início de Quinhentos, com seus modos mais particulares de ação discursiva, passa necessariamente pela “questão da língua”. Em especial, no que tange, ao acumulado histórico de discussões acerca da língua vulgar e de sua relação, ora em franca oposição ora em continuidade, com a língua

latina. Qualquer esforço para examinar em âmbito mais preciso os gêneros letrados de caráter literário, com vistas a determinar sua relação com os modelos e os referenciais anteriores da tradição, conduz necessariamente a essa discussão em torno, não só da importância do conteúdo dos enunciados propostos pelos autores greco-romanos com enorme ganho em termos de filosofia moral, sobretudo da filosofia prática, que se adequava ao conjunto da doutrina cristã, mas também das formas discursivas em que esta mesma matriz pagã era veiculada.

É justamente essa época, nos alvares da Época Moderna, que foi mais propícia para ultrapassar as barreiras impostas pela língua latina, em particular, do latim clássico, e buscar rever estrategicamente a formulação do Marquês de Santillana em sua tão conhecida carta (c.1450) a seu filho Pedro Gonzáles de Mendonza, à época estudante na Universidade de Salamanca, propondo desviar-se da dificuldade imposta pelas formas (tanto lingüísticas quanto dos gêneros literários) para ficar, pelo menos, com o conteúdo. Dizia ele de modo lapidar: “E si careçemos de las formas, seamos contentos de la matéria” (*Apud RICO*, 1979, p. 23).

Os dados históricos mais extensos podem muito bem começar com o *Crátilo*, de Platão, cujo argumento principal, de ordem absolutamente especulativa, propõe que para cada ser existe uma designação exata por natureza. A partir daí, Aristóteles elabora todo um sistema em que todos os constituintes da frase são divididos em unidades analíticas menores, por exemplo, como as classes de palavras, segundo um princípio formalmente lógico e hierarquizado. Essa transposição das categorias da lógica para os domínios da gramática – e, por extensão, para a análise das línguas nacionais – constitui estrategicamente a base para as gramáticas da Idade Média, senão para boa parte da tradição posterior do pensamento gramatical.

Conquanto Platão e Aristóteles nunca pensassem numa normatividade da língua expressa por leis e regras que condicionariam os usos dos enunciados pelos falantes de uma determinada língua, a organização de princípios ideais, em que toda a comunidade lingüística deveria se basear com vistas a seu uso efetivo, é de fundo romano. Dessa forma, foi justamente a superação de um pensamento grego de índole teórica e metafísica que deu lugar ao pragmatismo e aos quadros sistemáticos para se falar e escrever bem (no caso o latim), conforme o modelo de autores prestigiosos. Nesse sentido, a intenção nunca fora “doctrinal” ou “metódica”, porque “contiene los preceptos [e] reglas del arte”, que a despeito de ser “cogida del uso de aquellos que tienen autoridad para lo hazer: defiende que el mesmo uso no se pueda por ignorancia corromper”, assim afirmava

Nebrija, um dos principais propositores de um novo modelo de enfoque sobre a questão das práticas linguísticas na Península Ibérica (Cf. NEBRIJA, 1402, fol.bi).

E foi justamente essa matriz, presente de início nas escolas episcopais, monásticas e paroquiais, que passou a ser incorporada na gramática como disciplina fundamental do *Trivium*, em que ela se constituía a base para as disciplinas da retórica, da lógica e da dialética. De passagem, houve a continuidade do ferrenho debate acerca da validade universal da lógica aristotélica contra os argumentos de matriz realista. Vale dizer, o embate entre a referência nominalista, com as suas palavras arbitrárias que são o resultado de uma convenção, e a doutrina que predizia que as palavras são motivadas e espelham conceitos e idéias, com o aproveitamento da fórmula presente em Lucrécio, segundo a qual a utilidade é mãe das coisas (*Utilitas expressit nomina rerum, De Rerum Natura V*) e que, portanto, a linguagem satisfaz uma necessidade comunicacional humana.

A partir do Renascimento, é que vemos surgir, no horizonte institucional, a questão da dignidade e do valor da língua vulgar. Aqui, a maior autoridade é a de Dante Alighieri, cujo *De vulgari eloquentia* se fundamenta em dois vetores principais: primeiro, propor a construção de um sistema gramatical em conformidade com a tradição latina e medieval das gramáticas, portanto sem o sentido de uma ruptura radical com a tradição e com as normas anteriores; e segundo, a aplicabilidade efetiva e “em concreto” desse mesmo sistema às línguas vulgares, demonstrando a dignidade que estas possuem em relação ao latim (Cf. BUESCU, 1983). São dois aspectos relevantes, pois afastam o problema central de uma radicalização de um movimento de caráter institucional, que soava como afronta à hierarquia social, e, não menos, o estabelecimento de uma direção de matriz pragmática, cuja ancoragem e fundamento argumentativo de base estavam postos no próprio contexto das monarquias europeu do período. Em verdade, o que Dante propusera em relação à dignidade das línguas vernáculas já havia sido enunciado em outros tempos e segundo outros objetivos por Cícero em relação à filosofia grega e pela Patrística com relação a São Jerônimo e a São Agostinho, depois amplamente divulgado e respaldado pelos esforços filológicos de Lourenço Valla. Na Península Ibérica, as formulações de Antonio de Nebrija, com sua *Gramatica de la lengua castellana* (Salamanca, 1492), segundo o qual “la lengua es compañera del imperio”, servindo para articular os “miembros i pedaços de España que estavam por muchas partes derramados”, foram o paradigma de reflexão para as gramáticas portuguesas, em especial, porque se

coadunavam perfeitamente com o contexto histórico da conquista e expansão portuguesas no além-mar (Cf. BUESCU, 1983). Aliás, foi a partir das formulações de Nebrija que pouco tempo depois, em 1536, em Roma, Carlos V, diante do Papa, ousou dizer em tom francamente polêmico ao embaixador francês: “Señor obispo, entiéndame si quiere, y no espere de mí otras palabras que de mi lengua, la cual es tan noble que merece ser sabida y entendida de toda gente cristiana” (GUEVARA, 1946, p. 17).

João de Barros, concordando com Valla e Nebrija, aceita o papel da língua como instrumento de consolidação do Império português, mas, para ele, o que é mais importante é que isto se faz em nome da evangelização dos povos recém conquistados, trazidos para o interior do corpo místico da Igreja Católica e para a luz das palavras de Cristo. De fato, os romanos, como Barros recorda em seu *Diálogo em louvor da nossa linguagem* (LUIS RODRIGUES, 1540), divulgaram sua língua e também:

açerqua delles mais se estimava a victoria que a sua lingua tinha em ser recibida de totalas barbaras nações que de as someter ao jugo do seu imperio E o mais certo sinal que o Romano pode dar ser Espanha sudita ao seu imperio, nã será suas coronicas e escrituras... mas a sua linguagem que nos ficou em testemunho de sua vitória... Leixou a língua latina este sinal do seu império que durará eternamente. (BARROS, 1990, p. 34)

No entanto, diferente dos feitos da Roma imperial, o Portugal do reinado de D. João III é o império ultramarino que se expande não só através da glória das armas e de uma língua de prestígio incontestado, mas, sobretudo, por que leva a palavra divina aos lugares mais ermos:

As armas e padrões postos em Africa e em Asia e em tantas mil ilhas fora da repartição das tres partes, materiaes sam e podeas o tempo gastar: pero nã gastará doutrina, costumes, linguagem que os portugueses nestas terras leixarem [...] Certo he que não á hy gloria que se possa comparar a quando os mininos Ehiopas, Persianos, indos daquem e dalem do gange, em suas próprias terras, na força de seus templose pagodes onde nunca se ouviu o nome romano, por esta nossa arte aprenderem a nossa linguagem, com que possam ser doutrinados em so preceitos da nossa fé que nella vam escritos. (BARROS, 1990, p. 34)

Aqui, comparece aquele fundamental argumento de Nebrija: “después que Vuestra Alteza metiesse debaxo de su iugo muchos pueblos bárbaros... y com el vencimiento aquellos ternían necesidad de recibir las leies quel vencedor pone al vencido i com ellas nuestra lengua, entonces o esta mi Arte podrían venir en el conocimiento della” (*Apud* ASENSIO, 1974, p. 14-25). Será esse sentido fortemente moral e formativo que estará na base de várias gramáticas hispânicas posteriores. A mais famosa delas é sem dúvida alguma o *Epítome de la Ortografía Latina Y Castellana*

(PEDRO DE CUESTA, 1614), de Bartolomé Jiménez Patón, catedrático de gramática, amigo de Lope de Vega e Quevedo, e com obras figurando em bibliotecas de vários eruditos. Como tantos outros, Jiménez Patón segue o argumento de Nebrija, ao afirmar que a aprendizagem das letras não se desvincula do ensino das boas práticas cristãs; por sinal estas devem estar sempre em primeiro lugar, mesmo porque “de algunos de los maestros q[ue] enseñan niños a leer y escribir [h]e sido importunado les dé alguna cosa con q[ue] pueda ayudar su arte y doctrina... desde la niñez a los niños en preceptos de buena cria[n]ça y religi[o[n]”, fol.7, p. 17).

Isto retoma o conceito grego de “ortografia”, cuja atualização em castelhano é dada pela “ciencia de sauer bien escribir”, ou seja, “no sólo para escribir con rectitud, mas para sauer pronunciar”, porque “los que, hallándose faltos de este principio, hacen en vna y otra lengua mil barbarismos, y algunos, que más piensam que aciertan, mil afectaciones, y a veces haciendo a la dición ya toda la oración mudar sentido”. No entanto, distante de qualquer excesso de formalismo da correção da fala – a despeito de reconhecer que “letra” é “som” que se atualiza pela conversação – o que move Jiménez Patón é o argumento de outros grandes humanistas do período, por exemplo, Luis Vives, quer dizer, as letras são a base para se adquirir todas as “ciencias humanas y diuinas” e que entre “las causas que da de auer corrompido lãs ciências, es vna ésta de el mal escribir, y no la menos eficaz” (JIMÉNEZ PATÓN, 1965, fol.9, p. 20).

Entretanto, João de Barros não fora um mero repetidor, tradutor ou mero adaptador da gramática de Nebrija em relação à língua portuguesa. Em Nebrija, encontram-se muito mais presente as matrizes das gramáticas latinas e das gramáticas italianas contemporâneas, sobretudo a de Bembo, com caráter fortemente erudito; além dessas diferenças que se traduzem nos critérios e nos conteúdos, Barros é, antes de tudo, um pedagogo interessado em fornecer conselhos práticos para seus discípulos. O que se pode depreender facilmente ao se examinar a sua extensa produção literária, que compreende desde a historiografia até a crítica social, e, não, o filósofo orientado para um esforço especulativo acerca da linguagem (Cf. BARROS, 1990).

Antes de Barros, porém, Fernão de Oliveira, que também conhecia muito bem o pensamento gramatical de Nebrija, aceita plenamente o argumento de que a língua dos conquistadores, como expressão legítima da expansão do Império e do domínio político, deve ser imposta aos povos vencidos (aos “pueblos bárbaros i naciones de peregrinas lenguas”), mesmo porque “também a língua de tam nobre gente e terra como he

Portugal viuera contente e folgara de se estender pollo mundo”. Da mesma forma que gregos e romanos impuseram suas línguas aos povos submetidos ao jugo da espada, da mesma forma os súditos de D. João III deveriam desvincular-se da sujeição lingüística não só do castelhano, mas também do latim, para poder disseminar o português entre os povos do além-mar. Tal consciência cultural com a sua enorme força ideológica que lhe subjaz permitiria elevar Portugal ao posto e à dignidade alcançados no contexto de embate político com outros reinos europeus. Dessa forma, é preciso ficar claro que a problemática lingüística não se restringia apenas ao âmbito da formulação dos enunciados ou às trocas de turnos entre interlocutores. De fato, tratava-se de um forte embate por espaços de poder, prestígio social e formas de dominância. Isto, porque a questão da língua estava articulada estrategicamente com outros âmbitos correlatos.

Foi exatamente no prosseguimento dessa discussão, em que a temática lingüística ganhava relevância, que muitos escritores de literatura se engajaram para delimitar um espaço basilar para a construção de um arcabouço artístico com a língua portuguesa figurando como protagonista. Como disse António Ferreira, um autor muito conhecido no século XVI em Portugal, contra a opinião corrente da menor capacidade expressiva do português em relação às outras línguas – o castelhano e o latim, em particular –, apenas o exercício freqüente dos usos lingüísticos e a elaboração de textos literários poderiam dar prestígio e atribuir valor a uma determinada língua (a língua portuguesa, no caso), como verdadeiro suporte ideológico para a sua consolidação e posterior disseminação (Cf. PICCHIO, 1959).

Dessa forma, Ferreira assume postura mais radical em sua proposição acerca da dignidade da língua portuguesa. Aliás, tão radical, sobretudo, se pensarmos que várias figuras ilustres da poesia quinhentista portuguesa, com Francisco de Sá de Miranda e Luís de Camões na linha de frente, mas também Diogo Bernardes, por exemplo, compuseram textos literários tanto em português quanto em castelhano. Ferreira, em várias passagens de algumas de suas epístolas em verso, refere-se à sua preferência absoluta em compor em português. No entanto, é em sua carta III do Livro I, destinada a Pero Andrade Caminha, que ele peremptoriamente diz que:

Floreça, fale, cante, ouça-se, e viva
a portuguesa língua, e já, onde for,
senhora vá de si soberba, e altiva.

Se téqui esteve baixa, e sem louvor,
culpa é dos que a mal exercitaram:

esquecimento nosso e desamor. (FERREIRA, 2000, p. 263, vv.124-9)

E é justamente em Pero de Andrade Caminha, aquele em quem as Musas renovaram as letras e os valores da Antiguidade clássica, que Ferreira, num acesso de modéstia um tanto quanto espantosa, deposita todas as suas esperanças de ver a língua portuguesa assumir seu verdadeiro papel:

Mas tu a farás que os que a mal julgaram,
E inda as estranhas línguas mais desejam,
Confessem cedo ant'ela quanto erraram,

e os que depois de nós vierem, vejam
quanto se trabalhou por seu proveito,
porque eles pera os outros assi sejam.
(FERREIRA, 2000, p. 263, vv. 130-5; SANTOS, 1975, p. 522)

Sem dúvida alguma, essa defesa intransigente de António Ferreira da língua portuguesa é voz dissonante no panorama das letras do período. Na cultura erudita e de corte, como se disse, humanistas ilustres da importância de Sá de Miranda e Diogo Bernardes utilizavam freqüentemente o castelhano para compor seus poemas; sem mencionar o nome de maior impacto peninsular de Jorge de Montemayor, nobre de origem portuguesa, com sua *Diana*, escrita em castelhano e de enorme sucesso editorial, e que João Roiz de Sá de Meneses, um dos membros eméritos desse mesmo restrito grupo de humanistas, era muito conhecido por suas obras latinas (Cf. VAZQUEZ CUESTA, 1981).

Falêncio, o interlocutor castelhano das *Regras que ensinam...* (Lisboa, Antonio Gonsalves, 1574) de Pero Magalhães de Gândavo (? – c.1579), sustenta que a língua portuguesa é “lengua bárbara (...) tan pobre, y tan poco polida” que os portugueses tiveram necessidade de fazer vários empréstimos a outras línguas, do contrário permaneceria “ruda y tosca” (GÂNDAVO, 1574, fol.c7-c8 *apud* BUESCU, 1983, p. 76). Ao que Petrónio retruca que a língua portuguesa é, sim, verdadeiramente, mais próxima do latim, cujo parentesco pode ser reconhecido pelas crônicas antigas, e que se aprimorou (para Falêncio, era corrupção) ao longo do tempo com a invenção de novos vocábulos mais adequados aos delicados ouvidos de “gente polida” e “mais propios & acomodados pera significarem aquillo que queremos” (*Idibidem*, fol.d1). Se a língua portuguesa não possuía a boa fama que tanto merecia, é justamente porque é língua difícil de se aprender. Diz Falêncio que não há nação no mundo que não tenha a língua castelhana em boa conta e não vitupere a portuguesa por ser “grossera y tosca”, “escabrosa y difícil”, e ainda que os portugueses preferiam louvar

e cultivar as línguas estrangeiras.

Porém, o argumento de maior peso de Falêncio é aquele de índole indiscutível que há muitos grandes escritores, cujos nomes se engrandeceram por escreverem em castelhano. Para Petrônio, como cada língua possui um estilo próprio (latim para a prosa; grego para os versos; italiano para os sonetos etc.), a língua castelhana quadra melhor com “materias leues”, porque nas “graues, & de importancia”, os portugueses preferiram, sem duvida alguma, a língua portuguesa, como muito bem se pode exemplificar com Sá de Miranda. Lembrando que, por incrível que possa parecer, Miranda escrevera muitas de suas composições em castelhano, assim como João de Barros, Frei Heitor Pinto, Lourenço de Cáceres, Francisco de Moraes, Jorge Ferreira, António Pinto, Luís de Camões, Diogo Bernardes e Antonio Ferreira, ou ainda como provam a *Gramática* de João de Barros (ele deve se referir ao conjunto de quatro tratados e não apenas à parte dedicada exclusivamente à gramática) ou as *De antiquitatibus Lusitaniae* de André de Resende (*Idibidem*, fol.d7-d8).

Aliás, é com esta obra inacabada de André de Resende que a defesa da língua portuguesa ganhou novo fôlego, em particular, não só pelo renome que o humanista de Évora ganhara por sua enorme erudição ou pela quantidade excepcional de fontes históricas e clássicas diretamente citadas, mas porque define a figura de Viriato (de pastor e salteador a chefe das lides lusitanas contra a opressão romana), de Sertório (Livro III), e de Afonso Henriques e o tão impressionante milagre de Ourique (Livro IV) (Cf. RESENDE, 1996). Todas essas tópicas foram depois retomadas por Gaspar Barreiros, Frei Bernardo de Brito e Frei Amador Arrais. É justamente com esta obra e com “Carta a Bartolomeu Filipe” que Resende conseguiu explicar a contento a separação da antiga “Lusitania” do resto da *Hispania*, e de reivindicar mais antiguidade e nobreza para a língua e para o povo português, rebatendo o argumento castelhano de que *Hispani omnis summus*. E, em verdade, este também foi o tema principal de discórdia de qual língua sofreu menor corrupção – se a portuguesa ou a castelhana – um dos focos de maior polêmica entre Falêncio e Petrônio.

Para Antonio Ferreira, por sua vez, o problema relevante não era rivalizar com a língua castelhana, porém incentivar que os autores portugueses aproveitassem ao máximo da expressividade de sua língua, provando que o português possuía o mais próximo parentesco com o latim não só em termos de vocabulário e sintaxe, mas também – e aí Ferreira foi grande mestre – nas formas literárias. Esse rol de grandes autores a que se refere Ferreira cantaria os grandes feitos portugueses, salvando-os do

esquecimento. Cícero já dizia que uma das tarefas da poesia – senão a única e mais importante – era resguardar o nome dos heróis antigos e preservá-lo para a posteridade.

Antonio de Nebrija afirmara, na carta dedicatória a rainha Isabel a Católica, que sua gramática do castelhano era de suma importância para divulgar além-fronteiras o renome do Império e preservar sua unidade contra a fragmentação em parcelas políticas incomunicáveis entre si. Nesse mesmo sentido exortatório, o chamamento geral aos letrados de Portugal por parte de Antônio Ferreira para que ajudassem a aumentar o renome da antiga Lusitânia seria o complemento daquilo que Garcia de Resende dissera sobre a falta de vontade dos grandes poetas das cortes da regência de D. Pedro e dos reinados de D. Afonso V, D. Manuel I e D. João II, em pôr por impresso aquilo que corria manuscrito. Aliás, a tarefa a que Resende votara seu *Cancioneiro Geral* – como se sabe, êmulo do de Hernan de Castillo na Espanha – era estrategicamente a de preservar do esquecimento toda a riqueza poética de tão prolíficos anos.

Antonio de Nebrija, porém, não tinha dúvida. Para ele, a grandeza de uma língua dependia necessariamente da qualidade de seus *auctores*. E o reino de Castela já dispunha de uma boa série deles para fundamentar e estabilizar uma “arte de letras”, seguindo o paradigma do grego e do latim, pois “aun que sobre ellas no han passado muchos siglos: toda via quedan en una uniformidad” (NEBRIXA, 1402, fol. aiii). Os letrados castelhanos já haviam conseguido, com bastante sucesso, resguardar para a posteridade os valores mais prestigiosos do Império. Estes seriam Juan de Mena (esse outro Virgílio) do “Laberinto de la Fortuna” e da “Arte de Poesia Castellana”; Marquês de Santillana, dos “Provérbios”; e os “romances antigos”, de Jorge Manrique e de Don Enrique de Villena (este, com ressalvas).

Para um renascentista português como Francisco de Sá de Miranda, recorrer a um bom conjunto de *auctores* seria questão não somente de expressão lingüística de um poder imperial em particular ou de cantar os feitos ilustres dos valorosos lusitanos, entretanto, também, estrategicamente, de aprimorar a si mesmo, robustecer o espírito e combater os vícios morais. É no ambiente da paz de seu retiro campesino, em momentos de ócio e de verdadeiros amigos, diz ele a Antônio Pereira, que se pode ler os versos de Ariosto, cardeal Bembo, Sannazzaro, Marquês de Santillana, Juan de Boscán e de Garcilaso de la Vega.

Em verdade, parece surpreendente que vários autores portugueses do século XVI tenham escrito em espanhol e tenham até mesmo sido

considerados grandes expoentes da literatura espanhola. Porém, se atentarmos para os movimentos históricos em sua longa duração sob o aspecto das relações entre as cortes de Castela e de Portugal, podemos observar que o domínio da língua castelhana na Hispania, sobretudo, nos domínios das formas literárias, foi resultado de três acontecimentos: a presença de professores espanhóis nas Universidades portuguesas, os casamentos de reis portugueses com rainhas espanholas e a *translatio litterae* da Galícia para as cortes dos reis castelhanos (Cf. VAZQUEZ CUESTA, 1981).

E, de fato, um importante agente de castelhanização da cultura portuguesa nos séculos XV e VI são os contatos de alunos e professores portugueses que estudaram em famosas Universidades de Castela, em especial, em Salamanca e em Alcalá de Henares, e, depois, com a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra sob o reinado de D. João III, com a presença marcante de professores espanhóis na Universidade de Coimbra. Para tanto, basta referir o nome definitivo de Martin Azpilcueta Navarro, detentor da cátedra de Cânones durante quase duas décadas, entre os anos de 1538 e 1555, em Coimbra, e a sua importante participação no Colégio das Artes. Além disso, havia uma enorme circulação de impressos e manuscritos de autores castelhanos que corriam em Portugal do período, muitos deles chegando a ser traduzidos para português ou a receber publicação por prelos portugueses. Sem contar, os autores castelhanos que dedicaram suas obras a monarcas portugueses ou que a serviço deles produziram textos específicos.

Podemos também referir outros eventos históricos que, à época, matizavam muito bem o campo diplomático e militar: o apoio do monarca D. Afonso V de Portugal aos enfraquecidos reis da dinastia de Trastâmara, com a particularmente complicada sucessão dinástica de Enrique IV; a intervenção do condestável D. Pedro de Portugal nas terras da Catalunha; o mecenato literário e a política diplomática, em que concorriam nomes da fina flor da literatura de corte (Alonso de Cartagena, Marques de Santillana, Juan de Mena, Gómez Manrique e muitos outros, como testemunha o *Cancioneiro* de Resende). Mesmo porque, na segunda metade do século XV, as coordenadas políticas, militares, econômicas e diplomáticas orientam-se cada vez mais para a problemática meridional e uma crescente aproximação com Castela, conseqüência da ascensão de novas dinastias no cenário europeu e do contexto da Guerra dos Cem Anos.

Historicamente falando, foi, com o reinado de D. Manuel e a sua estratégia matrimonial com as famílias governantes espanholas, que o castelhano ganha um espaço de relevo na corte portuguesa coetânea, em

especial, pela enorme importância que exercia a “casa” da rainha na proteção e no patronato de autores de poesia palaciana. Mais especificamente, a grande rainha portuguesa, de origem espanhola, que vai exercer maior influência em Portugal é, sem sombra de dúvida, D. Catarina (irmã do imperador Carlos V da dinastia Habsburgo), rodeada de padres e confessores castelhanos, e em permanente contato com a corte de Castela. Foi, a partir de seu círculo intelectual mais próximo, que se realizaram inúmeras traduções para castelhano de textos latinos, italianos e franceses, e a quem, também em castelhano, foram dedicadas várias composições. Esses contatos entre as casas régias de Portugal com as de Castela eram replicados aos vários níveis da nobreza e da aristocracia, em que diversas casas senhoriais, de ambos os reinos, mantinham estreitos laços de parentesco e de amizade entre si.

Isto é particularmente visível em momentos de profunda crise política e de ruptura institucional, isto é, quando estouram os embates pela sucessão ao trono régio ou as lutas por espaços de poder e de influência junto à realeza. Dessa maneira, assim como houve em Portugal um partido castelhano por ocasião da morte de D. Sebastião (o caso de Francisco de Sá de Meneses, cortesão, poeta da escola nova e filho segundo de João Roiz de Sá de Meneses – este do círculo de Sá de Miranda – é paradigmático, porém, certamente, não o único), do mesmo modo houve, em contraparte, um partido português na sucessão de Enrique IV de Trastâmara e a favor de D. Juana a Beltraneja. No horizonte, havia sempre a expectativa da união dinástica das duas coroas ibéricas, que, por sua vez, no limite, consolidava essa rede extensa e muito antiga de relações familiares, a despeito de muitas vezes as disputas se resolverem no campo de batalha (Cf. FARDILHA, 2003).

Não menos, é importante outros eventos de grande magnitude histórica com repercussões literárias. Conquanto Afonso X el Sábio seja considerado um dos principais representantes da poesia galego-portuguesa, não se pode perder de vista a predileção em sua corte de Toledo, que exercia franca oposição ao poderoso arcebispado de Santiago de Compostela na Galícia, pelos trovadores provençais e a instituição do castelhano de par com o latim como língua oficial do Reino, a partir da qual foram compostos diversos tratados de Direito, História e prosa científica. Com a ascensão ao trono castelhano da dinastia dos Trastâmaras (Enrique II, 1369–1379; Juan I, 1379–1390; Enrique III, 1390–1406; e Juan II, 1406–1454), a língua castelhana ganha prestígio definitivo, em particular através dos esforços do Marquês de Santillana e de Gómez Manrique, relegando as

composições em língua galego-portuguesa para segundo plano. O que acabou por ceder lugar progressivamente às composições escritas em castelhano que seguiram os modelos literários do Humanismo desenvolvido conforme os contornos dados por sua matriz italiana.

Sem dúvida alguma, esta *translatio* de Galícia – e, por conseguinte, das formas medievais para as cortes de Castela e a inovação das formas clássicas –, possui seu ponto de inflexão mais representativa com a corte dos Reis Católicos. Pelo lado português, nas cortes de D. Afonso V e de D. João II, era hábito cortesão escrever versos em castelhano, vale destacar que uma boa parte do “Cancioneiro Geral”, de Garcia de Resende, está escrita nesta língua e que nele comparecem vários poetas castelhanos da importância de Juan de Mena, Garcí Sánchez, Jorge Manrique e Juan Rodríguez del Padrón. Concorrem aqui os contatos de nobres portugueses com o fausto e a magnificência da corte castelhana, sobretudo após o “Tratado das Terçarias de Moura” (1479) e a “Paz de Alcáçovas”, que instituíam a paz entre Castela e Portugal com o matrimônio entre o príncipe D. João de Portugal, filho de D. Afonso V, com D. Isabel, filha dos Reis Católicos. Após isto, era comum na corte portuguesa, falar-se castelhano, mesmo que algumas vezes de maneira improvisada – Gil de Castro, poeta do “Cancioneiro” de Resende, diz que “Antes mordei castelhano / que falarde português”. Esse processo intensifica-se no reinado de D. Manuel e culmina na União Ibérica (1580–1640), com a precedência da língua castelhana em relação à língua portuguesa.

Posteriormente, o gramático quinhentista Duarte Nunes Leão defendia o argumento que os povos conquistados no além-mar deveriam não apenas comungar das mesmas regras que estabilizam a instituição monárquica, mas que igualmente deveriam assimilar e adotar a língua dos conquistadores, ou seja, “os vencedores das terras e províncias lhes dão leis em que vivam. Assim lhes dão língua que falem”. Dessa forma, ele diminui a ênfase no argumento da expansão do império e nos aspectos didáticos comum aos primeiros gramáticos portugueses, afirmando que estes novos tempos, de novos povos, demandavam, isto sim, hábitos lingüísticos mais decorosos por parte dos cortesãos. Pensando dessa maneira, com essa nota fortemente moral, cuja base é a decência e a nobreza de elocução, ele salienta que “tam indecente he sair da bocca de hum homem de alto lugar & nobre criação huma palaura rústica, & mal composta, como de huma baihna de outro, ou rico esmalte arrancar huma espada ferrugenta” (*Apud* PICHIO, 1959, p. 36-37).

Mais ainda, Nunes Leão é absolutamente contra a idéia de que o

latim que se quer recuperar é a língua mais perfeita e em estado puro, isenta, portanto, de corrupção:

Assim como em todas cousas humanas há contínua mudança e alteração, assim é também nas linguagens... Pelo que em uma mesma língua vão fazendo-se tantas mudanças de vocábulos que, por discurso do tempo, fica parecendo outra, como verá quem cotejar a linguagem que se hoje fala em Portugal com a que se falava no tempo de el-Rei D. Afonso Henriques, e quem considerar o discurso que a língua latina foi fazendo em diversas idades. (LEÃO, 1983, p. 195-6)

De qualquer forma, está presente de modo ostensivo e inconteste não só a codificação e fixação de uma determinada língua, mas também a defesa de valores sociais prestigiosos e a manutenção de certas regras de comportamento de caráter aristocrático e nobiliárquico, a partir de um modelo cortesão. Nesse movimento mais extenso de defesa e ilustração da língua portuguesa, tudo aconteceu um pouco à sombra de Dante Alighieri e seus continuadores italianos com caráter e impacto fortemente europeu, porém com a devida adequação às políticas imperiais dos reinos da Península Ibérica (Cf. BUESCU, 1983).

Entretanto, essas discussões acerca da dignidade da língua portuguesa, cuja individualidade própria se estabelece num movimento de longa duração, desde o labor dos mosteiros de Alcobaça e de Santa Cruz de Coimbra até os reinados de D. Manuel e D. João III, quer em relação ao latim, quer quanto ao castelhano, remetem àquele circuito histórico descrito por Luciana Stegagno Picchio em que, no século XVI, “nel Portogallo del primo Cinquecento i grammatici umanisti che per primi pongono in termini scientifici il problema della língua, sentono il latino non come remora antogonica nell’affermazione del volgare, ma come ineluttabile punto di partenza e costante paradigma” (PICCHIO, 1959, p. 13).

Então, pode-se afirmar perfeitamente, com Carvalhão Buescu, que a “questão da língua”, assim como foi definida nos debates medievais e especialmente humanistas acerca da língua latina, resume-se basicamente a dois problemas que dizem respeito à dignidade da língua e à norma lingüística a ser utilizada: primeiro, qual o meio lingüístico devia tornar-se a língua oficial e/ou literária da comunidade; e segundo, qual a porção desse patrimônio devia ser aceita em termos gerais e qual devia-se rejeitar como inadequado (Cf. BUESCU, 1983).

Mais ainda, esse esforço quinhentista de constituir todo esse aparato lingüístico relaciona-se estrategicamente também com a escolha de modelos (de *auctores*), de gêneros literários com forma e conteúdo

específicos, tornando-se mais aptos a expressar um conjunto de valores morais de índole aristocrática e de práticas de conduta cortesã (Cf. CURTO, 1998). Assim, no interior desse movimento histórico, todo esse aparato de textos (de vária ordem e natureza) e seus respectivos autores, de origem portuguesa ou de outros reinos ibéricos, vinha corroborar a retomada estratégica de certas matrizes fundadas na Antiguidade clássica. O que correspondia, por sua vez, perfeitamente, a esse interesse humanista, que vimos tratando até aqui, por uma literatura que descrevia, desenvolvia e veiculava altos padrões de comportamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASENSIO, Eugenio. La lengua compañera del império. Historia de una idea de Nebrija en España y Portugal. In: _____. *Estudios Portugueses*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1974. p. 14-25

BARROS, João de. *Textos pedagógicos e gramaticais*. Introdução, seleção e notas de Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Verbo, 1990.

BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Cartas para duas Infantas meninas*. Portugal na correspondência de D. Filipe I para as suas filhas (1581-1583). Lisboa: Dom Quixote, 1998.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. “Introdução”, In: LEÃO, D.N. de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Lisboa: INCM, 1983.

_____. *Babel ou a ruptura do signo*. A gramática e os gramáticos portugueses do século XVI. Lisboa: INCM, 1983.

CURTO, Diogo Ramada. A língua e o império. In: BETHENCOURT, F.; CHADRURI, K. (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*. v. I: “A formação do império (1415-1570)”. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

RICO, Francisco (dir.). *Historia y crítica de la literatura española*. Madrid: Crítica, 1979.

FARDILHA, Luís de Sá. O “filo-castelhanismo” de Francisco de Sá de Meneses. *Península*, 2003 (0), p. 201-08

FERREIRA, António. *Poemas Lusitanos*. Edição crítica, introdução e comentário de T.F. Earle. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

GUEVARA, Antonio de. *Epístolas Familiares*. Selección Augusto Cortina. Buenos Aires/México, Espasa-Calpe, 1946.

JIMÉNEZ PATÓN, Bartolomé. *Epítome de la Ortografía Latina y Castellana*. Instituciones de la Gramática Española. Estudio y Edición de Antonio Quilis y Juan Manuel Rozas. Madrid, CSIC, 1965.

LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e Origem da Língua Portuguesa*. Introdução, notas e leitura de M. Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: INCM, 1983.

NEBRIXA, Antonio de. *Grāmatica de la Le[n]gua Castellana*. Salamanca, Enel año de mil [e] ccccxcij [1402]

PICCHIO, Luciana S. La questione della língua in Portogallo. In: BARROS, J. de. *Diálogo em louvor da nossa linguagem*. Modena, 1959.

RESENDE, André de. *As Antiguidades da Lusitânia*. Introdução, Tradução e Comentário de R.M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SANTOS, Maria José de Moura. Nota sobre o movimento quinhentista de “Defesa e Ilustração” das línguas vulgares. *Biblos*, v. LI (1975).

VAZQUEZ CUESTA, Pilar. O bilingüismo castelhano-português na época de Camões. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, v. XVI, p. 807-27, 1981.